

Brasil fecha hoje em Nova Iorque pacote da dívida

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — O ministro Mafson da Nóbrega assinará hoje, em Nova Iorque, o maior pacote de reestruturação da dívida externa conseguido até hoje, desde o início da crise, em 1982, envolvendo o total recorde de US\$ 82,1 bilhões. Esse enorme volume de dinheiro e as novidades do acordo não significam, contudo, mais que uma nova aspirina para a um paciente gravemente enfermo. O coordenador do comitê dos bancos credores, William Rhodes, insinuou, porém, que o pacote pode apontar para um remédio mais forte para o futuro da crise: abatimento da dívida combinado com dinheiro novo.

Na nota em que o comitê de bancos anuncia a solene cerimônia de assinatura marcada para a manhã de hoje e seguida por um festivo almoço dos banqueiros com o ministro Mafson da Nóbrega, William Rhodes ressalta que "este é o primeiro pacote desde o início da crise da dívida, em agosto de 1982, que combina dinheiro novo com substancial redução da dívida. Neste sentido, o pacote brasileiro pode estar apontando o caminho para o futuro em matéria de administração da crise da dívida".

Mais do que o volume do pacote ou a normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional — que já permitira aos

bancos comerciais americanos ter o maior lucro de toda sua história — esse reconhecimento de William Rhodes, do Citibank, sobre o inevitável encaminhamento da crise para reduções reais da dívida é o mais importante resultado político do pacote alcançado pelo Brasil.

Quanto às reduções reais conseguidas através do atual pacote e dos benefícios que ele dá ao Brasil, nem tudo são flores. "Se William Rhodes e os outros banqueiros estão festejando, você tem de desconfiar se esse pacote é mesmo tão bom para o Brasil", disse o economista Rudiger Dornbusch, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), um especialista na crise da dívida e um dos pioneiros em insistir em que a política de simples aspirinas, como reescalonamentos, não leva a uma solução real. Ele ataca, no entanto, uma das principais novidades surgidas da negociação do Brasil com os bancos credores: o sistema de conversão.

"Chega a ser obscuro este sistema de conversões. Um país que está com déficit orçamentário não tem recursos para comprar sua própria dívida. Um país que está com uma inflação mensal de 25% deveria se preocupar mais em medidas para estabilizar sua economia, em vez de antecipar a liquidação de sua dívida", disse o professor Dornbusch. Ele citou também as suspeitas de corrupção que existem

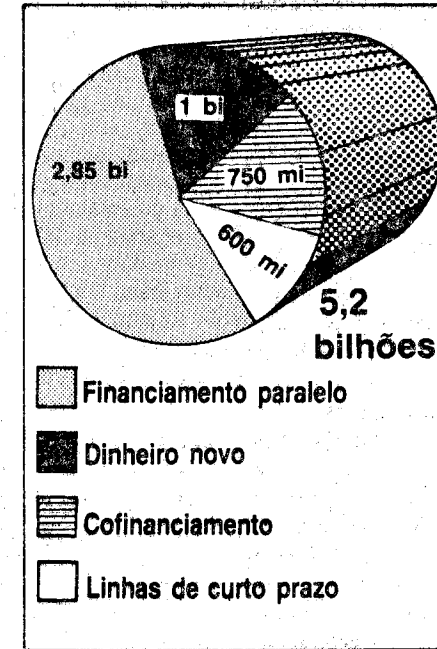
no mercado sobre o esquema de conversão informal, através dos quais o Brasil está pagando 100% por títulos que estão sendo negociados com 50% de desconto no mercado secundário em Nova Iorque.

"Não há nada indicando que em dois ou três anos vai haver menos inflação, mais investimento, mais crescimento no Brasil. Mas não há nenhuma dúvida de que os investidores do Citibank fizeram um bom negócio. Não é à toa que o ministro Mafson tem mais apoio em Nova Iorque do que no Brasil", disse Dornbusch.

O pacote de US\$ 82,1 bilhões está dividido em quatro partes: 62,1 bilhões de reestruturação de empréstimos; 5,2 bilhões de dinheiro novo (que significa apenas uma operação contábil, para permitir ao Brasil estar em dia, já que nenhum centavo vai parar no Brasil); 14,8 bilhões em renovações de linhas de crédito comerciais de empréstimos interbancários; e 5 bilhões em exit bonds (bônus de saída), através dos quais os bancos pequenos estão largando o Brasil, aparentemente aceitando alguma perda. Tudo foi feito num esforço conjunto com os países ricos e os organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. O Brasil terá de cumprir, etapa por etapa, uma série de condições — entre elas o acordo *stand by* com o FMI — para que o pacote com os bancos comerciais funcione.

Getúlio Vilanova

Menu de opções (US\$)



Acordo com os bancos comerciais (US\$)

